

**Efeitos de realidade em programas popularescos:  
a constituição ethópica dos sujeitos-jornalistas nos televisivos “Documento  
Especial – Televisão Verdade” e “Brasil Urgente**

*Reality effects in popular programs:  
the constitution of ethos of the subject-journalist in “Documento Especial – Televisão  
Verdade” and “Brasil Urgente”*

Eliza Bachega CASADEI<sup>1</sup>  
Carlos Alberto Garcia BIERNATH<sup>2</sup>  
Kelly De Conti RODRIGUES<sup>3</sup>

**Resumo**

A partir do pressuposto de que os efeitos de realidade são engendrados a partir de características específicas de cada gênero jornalístico, o objetivo do presente artigo é estudar a construção discursiva da autoridade jornalística em programas popularescos. Neste sentido, este trabalho pretende emaranhar-se em duas peças jornalísticas televisivas que marcaram época quando de suas exibições: Documento Especial: Televisão Verdade, na edição “O País da Impunidade” – que não foi ao ar, e Brasil Urgente, na edição de 28/11/2012, em que o apresentador José Luiz Datena negocia, ao vivo, com um sequestrador que mantinha a mãe e a irmã reféns. Para isso, nos municiaremos com a Análise de Discurso de tradição francesa para analisarmos como se configurou a identidade dos sujeitos jornalistas envolvidos.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Brasil Urgente. Comunicação. Documento Especial. Televisão.

**Abstract**

Considering the idea that reality effects are influenced by the specific characteristics of each journalistic genre, the aim of this paper is to study the discursive construction of

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Professora da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (FAAC-UNESP). Email: elizacasadei@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: beto.biernath@gmail.com

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: decontik@yahoo.com.br

journalistic authority in yellow press programs. Therefore, this work aims to study two important news programs in their respective periods of production: Documento Especial - Televisão Verdade, focusing on the chapter of the program called "O País da Impunidade", and Brasil Urgente, analyzing the program aired on 11/28/2012, when José Luiz Datena talked to a kidnapper who kept the mother and sister hostages. For this we used the French tradition of discourse analysis to study how was configured the identity of those involved journalists.

**Keywords:** Discourse Analysis. Brasil Urgente. Communication. Documento Especial. Television.

## Introdução

A construção discursiva da autoridade nas narrativas jornalísticas é um assunto que vai além da mera tentativa de adequação de um processo de investigação com uma estrutura de narração específica. Como nos lembra Certeau (2008), o jornalismo se configura como uma *escritura desdobrada* que, a partir de diferentes procedimentos discursivos e técnicas de investigação específicas da prática, tem a missão tripla de convocar o acontecimento, mostrar as competências do jornalista (dono das fontes de informação) e convencer o espectador.

Desde o famoso texto de Roland Barthes (1984) sobre o efeito de real nas narrativas que se pretendem referenciais, essa construção discursiva da autoridade é muitas vezes posta nos termos de uma narrativa que se constrói a partir do mascaramento do enunciador, de forma que se crie a impressão de que o acontecimento se narra sozinho.

O que Barthes propõe nesse texto é o delineamento de um tipo de *modelo de verdade* que está calcado em estratégias textuais comumente utilizadas nos discursos referenciais tais como a história, o jornalismo ou as narrativas literárias realistas. Quando Barthes fala de "ilusão referencial", ele está se referindo a uma série de estratégias que criam a ilusão de que o que é representado pode ser misturado ao próprio real, revestindo o discurso dos *privilégios do aconteceu*.

O efeito de real, portanto, em seu entendimento, é um efeito de sentido que se dá a partir do uso de um determinado número de técnicas discursivas que dão sustentação e embasamento a esse tipo de modelo de verdade.

No nível da enunciação, uma das técnicas principais está na tentativa de apagamento dos signos relacionados ao anunciante do discurso. Esse apagamento, contudo, impõe uma quantidade considerável de problemas, na medida em que, se uma narrativa pode prescindir de um destinatário manifesto no texto (não é preciso convocar o leitor para que haja estória), toda narrativa, necessariamente, precisa de um narrador.

Em alguns produtos jornalísticos, contudo, outros movimentos narrativos engendram vozes discursivas que, articuladas à figura do narrador-jornalista, articulam um movimento de contenção desse enunciador impessoal e reafirmam os seus efeitos de verdade ao negar essa impressão objetiva do relato. O efeito de real, nesse caso, é obtido, justamente, pela presença de um narrador comprometido. Atuando muitas vezes em conjunto com essa voz impessoal do acontecimento, a construção em paralelo de uma voz passional do sujeito-jornalista na narrativa da reportagem é um movimento que não apenas aumenta a carga emotiva do relato, como contribui para os seus efeitos de referencialidade.

Diante dessas considerações, o objetivo do presente artigo é estudar a construção discursiva da autoridade jornalística a partir da estruturação do ethos do sujeito jornalista em dois programas televisivos – a saber, *Documento Especial: Televisão Verdade e Brasil Urgente*. No caso do primeiro, analisaremos a edição de “O País da Impunidade” e, no segundo, a edição de 28/11/2012, em que o apresentador José Luiz Datena negocia, ao vivo, com um sequestrador que mantinha a mãe e a irmã reféns. Para isso, nos municiaremos com a Análise de Discurso de tradição francesa para analisarmos como se configurou discursivamente a identidade dos sujeitos jornalistas envolvidos. Em ambos os casos, é justamente a construção do sujeito passional que impulsiona os efeitos de verdade na narrativa, conforme discutiremos a seguir.

## **1 O discurso jornalístico**

O jogo dialético da criação de sentidos está presente em todo enunciado em função da característica dinâmica do ato comunicativo. Os personagens desse processo encontram-se em uma arena na qual constroem e desconstroem perspectivas e visões de

mundo por meio da transmissão de termos e sensações explícitos ou implícitos no conteúdo.

O jornalismo, como campo essencialmente voltado para a comunicação, trabalha com essa dinâmica a todo momento. A partir disso, devemos elucidar algumas considerações a respeito dos elementos manifestos ou latentes existentes no processo de comunicação jornalístico, para que possamos entender as tratativas utilizadas para se criar um efeito de verdade e também as características dos diferentes gêneros.

O discurso jornalístico é alicerçado sob um pacto bastante definido entre os atores envolvidos no ato de comunicação, de forma que, como aponta Fidalgo (2006, p.67), ao debater sobre as inúmeras tentativas históricas de definir epistemologicamente o jornalismo, o esforço de delimitação do conceito ocorreu, em boa parte, mais pela negativa, chamando menos a atenção para aquilo que o jornalismo era e mais para o que não era: “nem uma tribuna de propaganda política e proselitismo partidário, nem o espaço social alargado (em termos de difusão pública) para os escritores interessados em publicar as suas crônicas ou os fascículos de seus romances”.

Essa premissa fica bem delimitada nas palavras de Luiz Gonzaga Motta (2003, p.8) que, ao tratar do ato comunicativo, aborda dois níveis do processo de produção e recepção jornalísticos que estão demasiado interdependentes e sobrepostos:

O nível de transmissão do explícito se refere ao ato de informar, de repassar informações específicas e concretas. Relaciona-se mais propriamente ao conteúdo manifesto que está sendo repassado, está ligado à transmissão objetiva de informações de um emissor para um destinatário, é mais facilmente quantificável. Sua análise concerne mais propriamente ao emissor, embora possa incidir também sobre o destinatário. Outro nível, concomitantemente com o anterior, refere-se ao processo de comunicação propriamente dito, e diz respeito aos vários mecanismos de percepção simultânea das diversas interpretações por parte dos interlocutores que tomam parte no ato comunicativo. Tem a ver, portanto, com uma troca de experiências onde intervêm inúmeros fatores objetivos, mas principalmente aqueles fatores subjetivos e intersubjetivos (memória, emoções, sentimentos, paixões, etc.), e a ação principal concentra-se no destinatário porque é ele quem torna possível a performance da experiência comunicativa integral.

São essas premissas que, de uma maneira geral, fornecem os parâmetros para a construção discursiva da identidade do sujeito-jornalista nas reportagens.

Se toda fala demarca uma determinada posição do sujeito que profere o discurso, será essa própria fala que determinará o lugar social de seu pronunciamento. Na organização dos jornalistas, um discurso será validado antes aos demais no momento em que ele estiver vinculado ao, conforme elucida Certeau (2008, p.65), “estatuto dos indivíduos que tem – e somente eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir um discurso semelhante”.

No processo de produção da notícia, as etapas de seleção dos assuntos que se tornarão pautas, a metodologia empregada na apuração destes, o sujeito-jornalista que se insere no código deontológico de sua profissão, sua escrita e até mesmo a aceitação do seu grupo de colegas profissionais, acaba por caracterizar uma identidade profissional e, também, de um sistema de referências que compõe a definição de um saber de grupo.

Estas “regras do meio” denunciadas na produção noticiosa não denotam somente aquilo que os jornalistas estereotipam de si mesmos, mas também implica em uma correlação direta com o “fazer notícia”, graças a modos de produção inerentes a empresas jornalísticas e seus interesses.

Como o produto de um lugar – e, portanto, ligada a todos os problemas relacionados à formação dos grupos – a atividade jornalística segue os parâmetros próprios à profissão que são delimitados pelos outros jornalistas e que determinam uma série de procedimentos de trabalho e, entre outras coisas, as bases de julgamento sobre o que será considerada uma boa estória. E isso, porque há sempre a primazia do discurso jornalístico por sobre cada texto em particular. As estórias contadas estão sempre assentadas no solo do lugar social ocupado.

A identidade jornalística, portanto, é construída em um campo de constantes embates a partir do qual se tenta definir quais são as produções que serão consideradas “jornalísticas” e quais serão postas fora deste campo de atividades.

A questão que se impõe, contudo, é o fato de que a própria articulação do efeito de real não pode ser despreendida dos gêneros a que pertencem os enunciados. É nesse sentido que diferentes produções jornalísticas podem dar preferência a um conjunto

diverso de estratégias discursivas de criação de efeitos de realidade. É esse assunto que será abordado no próximo tópico.

## **2 Efeitos de real como efeitos de gênero**

Documentários e telejornais são programas que fazem parte do gênero jornalístico. Dessa forma, entendemos que sua função diz respeito unicamente ao ato de informar, sem qualquer interferência nesse processo.

Segundo J. S. R. Goodlad citado por Marcondes Filho (1988, p. 52): “o jornalismo e o telejornalismo são parentes muito próximos dos dramas. Em questão de preferência popular, os noticiários ocupam, aliás, o segundo lugar, logo após o drama”. Dada tal constatação, não é surpresa imaginarmos que a junção dos dois elementos possa atrair audiência e chamar ainda mais a atenção do telespectador. Quando são mostradas notícias sobre um acontecimento que envolve, por exemplo, um movimento social de reivindicação, possivelmente será criado um verdadeiro espetáculo na notícia, pois isso será mostrado ao público como se fosse um verdadeiro acontecimento social, algo como um produto de circo, dado o show criado.

Por seu caráter festivo, esses fatos, sem quaisquer vínculos com a realidade imediata do telespectador, são politicamente esvaziados. A TV, portanto, pode apresentar até matérias sobre movimentos e partidos revolucionários, guerrilheiros e comunistas, pois a sua descaracterização como fatos críticos e explosivos já foi feita anteriormente – não direta e formalmente, mas na sua *apresentação*. O cenário, o apresentador, as cores e todas as ‘informações paralelas’ neutralizam as notícias (MARCONDES FILHO, 1988, p. 52).

Acrescente-se a essa ideia o que aponta Charaudeau:

A instância midiática televisual está numa posição de pivô duplamente orientada: referencia, quando olha para o mundo exterior que ela mostra, relata e comenta, e de contato, quando olha o telespectador que ela procura interessar e emocionar, que ela solicita e interpela. A televisão é, ao mesmo tempo, “instância exibidora” com relação ao mundo exterior e “instância exibida” com relação ao telespectador, sendo este “instância que olha” (CHARAUDEAU, 2012, p. 223).

Dentro do campo maior dos programas e documentários televisivos, podemos destacar, portanto, um gênero específico que se estrutura em torno do “sensacionalismo”, podendo ser definido como um gênero específico que se utiliza da:

Intensificação, exagero e heterogeneidade gráfica; ambivalência linguístico-semântica, que produz o *efeito de informar* através da não-identificação imediata da mensagem; valorização da emoção em detrimento da informação; exploração do extraordinário e do vulgar, de forma espetacular e desproporcional; adequação discursiva ao *status semiótico* das classes subalternar; destaque de elementos insignificantes, ambíguos, supérfluos ou sugestivos; subtração de elementos importantes e acréscimo ou *invenção* de palavras ou fatos (PEDROSO, 1983 apud ANGRIMANI, 1995).

É com o objetivo de buscar marcas no discurso que articulem efeitos de real específicos do gênero sensacionalista que trabalharemos com a Análise de Discurso de tradição francesa, como campo teórico-metodológico, para nos nortearmos no presente trabalho.

Inerentes à análise de discurso estão os elementos da linguística que nos guiarão ao caminho que pretendemos traçar na busca por entender a reprodução do sujeito-jornalista como um arguidor entre o crime cometido e a sociedade. Cabe o questionamento: o jornalista legitima seu papel através da denúncia, em crimes que ficaram impunes ou deve participar ativamente de um crime, antes mesmo que este torne-se notícia?

### **3 A edição “O País da Impunidade” do programa Documento Especial – Televisão Verdade**

Após deixar a TV Manchete<sup>4</sup>, o jornalístico televisivo *Documento Especial*<sup>5</sup> rumou ao SBT<sup>6</sup>, com previsão de estreia para 1992. A primeira edição que iria ao ar foi

---

<sup>4</sup> A TV Manchete foi uma emissora de televisão que foi ao ar pela primeira vez em 5 de junho de 1983 e existiu até o ano de 1999, quando foi vendida ao grupo TeleTV, que originaria a RedeTV, por conta de dívidas contraídas ao longo de sua existência.

<sup>5</sup> Programa exibido pelas emissoras TV Manchete, SBT e TV Bandeirantes, nos anos de 1989 a 1998.

chamada de “O País da Impunidade<sup>7</sup>”. Entretanto, de acordo com o ex-diretor do programa, Nelson Hoineff, o programa fora censurado pelo SBT – somente foi exibido quinze anos depois pelo Canal Brasil<sup>8</sup>.

### 3.1 A indignação no “silêncio”

Em 2007, Nelson Hoineff, ao apresentar a edição no Canal Brasil, diz: “*O Documento Especial que nós vamos ver agora é o único inédito de toda essa série do Canal Brasil. Deveria ser o programa de estreia do Documento Especial no SBT, em 1992. O país vivia a crise do governo Collor e uma equipe do Documento Especial examinava as entranhas do poder. Por uma série de razões, o programa acabou não sendo exibido. Ele atende pelo sugestivo título de O País da Impunidade*”. Neste primeiro momento, ao introduzir o telespectador à atração, Hoineff contextualiza a situação política que o Brasil atravessava – mergulhado no temor que o Plano Collor<sup>9</sup> trouxe à população – e coloca que a edição não foi ao ar “por uma série de razões”, mas sem especificá-las. Aqui, é possível observar uma clara exemplificação dos estudos de O. Ducrot (1972 apud Orlandi, 2012) sobre o “dito e o não-dito”.

Ao passo em que Hoineff coloca que a edição não foi ao ar (o pressuposto), o antigo diretor do programa não especifica quais foram as razões pelas quais o programa foi cancelado (o subentendido). Assim, seu “silêncio” pode acabar por habitar o imaginário do telespectador como uma reação de quem teve seu produto objurgado por algum motivo. Tal discurso corrobora a ideia de Barthes (1984), que aborda sobre a realidade em um discurso como “a própria carência do significado, em proveito exclusivo do referente (e) torna-se o próprio significante do realismo. Portanto, o sujeito-jornalista, que demonstrava sua indignação ao afirmar sofrer uma espécie de

---

<sup>6</sup> Rede de televisão fundada em 19 de agosto de 1981 e pertencente ao empresário Silvio Santos.

<sup>7</sup> Gravada em 1992 pelo SBT, esta edição só foi ao ar pelo Canal Brasil em 2007. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DQ8fOISusBk>>. Acesso em: 29 jul. 2014.

<sup>8</sup> Canal de televisão a cabo que surgiu com a associação da Globosat com a empresa Grupo Consórcio Brasil (GCB).

<sup>9</sup> Conjunto de reformas econômicas lançadas durante o governo do então presidente Fernando Collor que buscava conter os altos índices de inflação que assolava o país.



censura, mensurou seu discurso ao ponto de conotar realidade a ele sob uma construção residente ao seu próprio silêncio.

### 3.2 Retratando a impunidade dos criminosos: representação do “justiceiro”

Na sequência, o apresentador Roberto Maya sintetiza a tônica da atração: *“Nos últimos dois meses, desde que se instalou a CPI do caso PC, o país vive o limiar de uma nova revolução ética: a justiça volta a ser, pelo menos em teoria, igual para todos. Mas essa igualdade anda desacreditada há muito tempo. Existe a crença generalizada de que no Brasil só os pobres pagam pelos seus crimes. A ideia de que este é o país da impunidade já está entranhada na cultura nacional. O País da Impunidade: este é o nosso assunto de hoje”*. No trecho de abertura do programa, fica clara a insatisfação dos produtores do programa com a situação política daquele momento. Essa sensação é ancorada na tese de Benveniste (1991), que acredita que o contexto no qual o discurso é proferido será determinante no entendimento do teor objetivo ou subjetivo em questão. Assim, a objetividade imperante na fala de Roberto Maya denota este descontentamento.

As próximas cenas do programa apresentam populares protestando contra o presidente Fernando Collor e PC Farias, o tesoureiro da campanha do presidente, seguidas por uma trilha dramática que sonorizava imagens de tragédias ocorridas no país, como a queda do viaduto Paulo de Frontin, no Rio de Janeiro, ocorrida em 1971 e que resultou na morte de 29 pessoas; o incêndio ocorrido no Edifício Joelma, em São Paulo, que vitimou 189 pessoas – as imagens mostram pessoas se atirando do alto do prédio para a morte certa; e o naufrágio da embarcação Bateau Mouche, no qual 55 pessoas faleceram. Com tais elementos visuais, sonoros e discursivos, relacionamos a configuração identitária do sujeito-jornalista, elucidada por Certeau (2008) como aquele que trará um discurso semelhante entre ele e os demais de seu ‘nicho’ profissional, com a ideia de agenda-setting, criada por Maxwell McCombs. Esta é definida por Wolf (2012) como o agendamento que a mídia faz sobre assuntos que chegarão aos espectadores, priorizando alguns e “esquecendo” outros.

Se nesse processo de produção e veiculação do programa os jornalistas responsáveis constituíram uma pauta que possivelmente tenha sido censurada, entendemos que houve uma construção identitária além daquela que os demais veículos denotavam em seus jornalistas, afinal, o assunto tratado na edição não foi ao ar já que, hipoteticamente, fugiu às normas de ‘bom senso’ que são estabelecidas para veiculação ao público. Deste modo, essa tentativa de ‘quebra’ do agendamento imperante – neste caso, visando mostrar a não punição dos responsáveis pelos acidentes fatais – foi fracassado, uma vez que a relação entre a identidade daqueles que deve(ria)m fazer parte do ‘nicho’ de jornalistas teria de obedecer a regras pré-determinadas que agendam pautas que podem ou não ir ao ar.

#### **4 O programa Brasil Urgente**

O Brasil Urgente estreou na Rede Bandeirantes no início de dezembro de 2001, sob o comando do jornalista Roberto Cabrini. Com linha popular e enfoque em notícias policiais, o programa se caracteriza por constantes entradas ao vivo de repórteres em locais de crimes e tragédias. Em uma das edições mais marcantes do programa, o apresentador José Luiz Datena negocia, por telefone, a libertação de reféns de um sequestro. Analisá-la-emos a partir da metodologia da Análise do Discurso, objetivando observar a identidade do sujeito-jornalista a partir do diálogo mantido por eles.

##### **4.1 A representação criada pelo jornalista: criminoso ou inocente?**

Na edição analisada, exibida no dia 28 de novembro de 2012, o apresentador José Luiz Datena negociou, ao vivo, o fim de um sequestro ocorrido na cidade de Diadema (SP), no qual um homem chamado Joel mantinha a mãe e a irmã como reféns após suposto desentendimento.

Um dos pontos que mais chamam a atenção é o jogo retórico utilizado pelo apresentador ao dialogar, durante cerca de 20 minutos, com o sequestrador. Logo no início da ligação telefônica, este revela que é fã de Datena. O apresentador, por sua vez, afirma que seu filho é homônimo do sequestrador.

Estas manifestações criam uma relação de proximidade afetiva entre eles que se estende do início ao fim da conversa. Por diversas vezes, Datena repete palavras e frases como “sou seu amigo”, “deixe a mamãe sair” e “meu filho”. Tais expressões criam um ambiente de certa intimidade entre ambos, uma vez que costumam ser utilizadas por pessoas afetivamente próximas. O apresentador as utiliza para tentar convencer Joel a libertar as reféns. Cria-se, com isso, o que Ducrot (1972) caracteriza como a utilização da língua no estabelecimento de regras de um jogo que se confunde com a existência cotidiana. Datena faz afirmações como: “Você tem que confiar no seu amigo aqui. Você diz que gosta de mim e acredita que eu possa colaborar com você”; “Eu sei que você está (emocionado), meu filho. Deixa a mamãe sair”; “Quando ver você saindo, quero te dar um abraço” (*sic*).

Outro elemento de convencimento utilizado por José Luiz Datena refere-se a afirmação de que Joel é um “cidadão de bem”. Essa expressão carrega um “não-dito” (DUCROT, 1972) que remete a qualidades como caráter idôneo e íntegro. Ele também afirma ter certeza que se trata de alguém honesto. Ou seja, o apresentador, mesmo sem conhecer o cidadão a quem atribui essa característica, julga-o de forma a inocentá-lo (ou diminuir a gravidade) do crime. Ele profere frases com esses termos tanto durante a negociação (exemplo: “Eu senti que você é um cidadão honesto. Agora, você tem que mostrar para as pessoas o que eu acredito: que você é um cidadão de bem. Saia com a mamãe” e também “Eu sempre me recuso, por exemplo, eu não ouço bandido que faz refém, eu não ouço marginal e tal. Mas eu percebi que era um cara de bem, que dava pra conversar com ele, e que ele poderia libertar a família dele e não se machucar mais”) quanto após o encerramento (exemplo: “A gente percebe quando é um sujeito de bem que está desesperado. E agora a gente pede toda a proteção a ele”).

Durante todo o programa, o apresentador também utiliza elementos religiosos para convencer Joel a se entregar e também para justificar a sua própria atitude na negociação. Em uma das situações, é possível escutar uma das mulheres pedindo para o sequestrador desistir. Datena, então, afirma: “Ouça a sua mãe porque é Deus que está falando através dela”. Como lembra Benveniste em sua teoria sobre o discurso citada anteriormente, esse tipo de argumentação marca bem o contexto do emissor do discurso. Podemos afirmar isso ao refletirmos que, no Brasil, há um grande número de

religiosos<sup>10</sup> e que tal enunciado, subjetivamente, situa-se carregado pelos discursos das crenças predominantes no país.

Após o sequestrador libertar as reféns e se entregar, o apresentador argumenta de forma a justificar a atitude tão arriscada como essa interferência no trabalho da polícia. Atitude esta, aliás, que poderia vir a ser alvo de grande crítica da sociedade e de outros companheiros de profissão. Para se defender, Datena faz afirmações como: “É por isso que eu acredito em Deus. A gente, às vezes, arrisca a nossa carreira. [...] Eu digo e repito: eu continuo acreditando muito em Deus. Deus nunca me abandonou, jamais. Eu senti que haveria possibilidade de ajudar”.

Nesse diálogo, nota-se a influência do comunicador como um líder de opinião. Isso não significa dizer que Datena obteria sucesso na negociação, mas que o status social do jornalista criou esse elo. Ou seja, sua visibilidade nesse ramo gerou uma intimidade sem que Joel o conhecesse pessoalmente, o que fez com que este aceitasse conversar com o apresentador e foi capaz de influenciar a tomada de decisão.

Também é muito relevante lembrar que, com todo o jogo de palavras que relatamos, Datena criou um efeito de real que melhor cabia para a situação em questão. Não lhe seria interessante ter uma situação de conflito e discordância com o sequestrador. Ao invés disso, precisava mostrar intimidade e deixa-lo confiante de que nada de ruim aconteceria caso se entregasse. Da mesma forma, o jornalista cria um cenário de que Joel era um “homem de bem” para justificar sua participação no caso, conforme destacamos anteriormente. Tal situação corrobora para que os telespectadores que acompanhavam o Brasil Urgente interpretassem de maneira positiva – como se Datena fosse um herói – esta situação. É válido lembrar do caso em que a apresentadora Sônia Abrão foi criticada em caso semelhante, quando conversou ao vivo com Lindemberg Alves enquanto ele fazia refém a ex-namorada Eloá Pimentel, em 2008.

---

<sup>10</sup> Esse dado pode ser comprovado por pesquisa realizada pela fundação alemã Bertelsmann e publicada em janeiro de 2014, que revelou que o Brasil é o segundo país mais religioso do mundo. Segundo o estudo revela que mais de 96% da população brasileira se considera religiosa.

## Considerações finais

Muitos livros didáticos e manuais técnicos definem o texto jornalístico a partir de parâmetros como, por exemplo, a concisão, a clareza, a economia nas adjetivações e a simplicidade. Essas considerações, contudo, muitas vezes ignoram o fato de que determinados produtos jornalísticos alicerçam os seus efeitos de referencialidade justamente a partir da construção de um enunciador carregado de um tom emocional e subjetivo inscrito nas formas de narração, como pode ser observado nos dois programas analisados.

A partir da noção de que as paixões podem ser mobilizadas pelo discurso e são capazes de serem estimuladas sob a força de argumentos, o *pathos* diz respeito justamente ao elemento da retórica referente às emoções despertadas no auditório a partir de um conjunto de técnicas discursivas mobilizadas pelo orador.

Como aponta Fiorin (2004), o *pathos* diz respeito a uma projeção discursiva do enunciatário, em oposição a um estado de espírito empírico, na medida em que determina as escolhas linguísticas por parte do enunciador – no sentido já trabalhado por Eco (2002) de que a escolha de um leitor-modelo implica na própria adoção de um autor-modelo – e, mais do que isso, de uma projeção que tem como alvo central a afetividade e o excesso emotivo por meio de técnicas argumentativas empregadas a partir dessa projeção.

A grandiloquência do relato, bem como a atitude impressionista diante do fato, remetem mesmo a um regime de reportagem em que o excesso emocional é valorizado e pressuposto como um elemento do contrato de comunicação posto por estes dois programas, contribuindo, com isso, com os seus efeitos de realidade.

A exploração da emoção, aliás, é apontada por Genro Filho (1987, p. 197) como uma das principais estratégias discursivas para que se crie uma ilusão de imediatividade na apreensão do acontecimento.

Se a informação jornalística reproduz as condições de uma ‘experiência imediata’, as sensações têm um importante papel nessa forma de conhecimento. Aliás, o que o jornalismo busca é uma forma de conhecimento que não dissolva a ‘sensação da experiência imediata’, mas que se expresse através dela.

Nesse sentido, é possível dizer que os efeitos de realidade são mesmo engendrados a partir das características de cada gênero jornalístico, de forma que as estratégias para a articulação da impressão de realidade no relato são sempre articuladas por um determinado lugar de fala.

## Referências

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 1984.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. São Paulo: Pontes, 1991.

CASADEI, Eliza Bachega; AVANAZA, Márcia Furtado. **Esferas de sociabilidade na formação dos valores profissionais dos estudantes brasileiros**: entre a educação universitária e o mercado de trabalho. In: Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo, n.13, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

DUCROT, Oswald. **Princípios da Semântica Linguística (dizer e não dizer)**. São Paulo: Cultrix, 1972.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**: a cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FIDALGO, Joaquim Manuel Martins. **O lugar da ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas**. 2006. 652 f. Tese (Doutorado em 2006) – Universidade do Minho, Portugal, 2006.

FIORIN, José Luiz. **O Pathos do Enunciário**. Alfa, v. 2, n. 48, 2004, p. 69-78.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

LAPLANTINE, F; TRINDADE, L. **O que é imaginário?** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão**: a vida pelo vídeo. São Paulo: Moderna, 1988

MOTTA, L. **O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos**: pragmática jornalística e construção de sentidos. In: Comunicação e Espaço Público, n.1, 2003.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2012.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. São Paulo, Cultrix, 2002.

SILVA, Marconi Oliveira da. **Imagem e verdade**: jornalismo, linguagem e realidade. São Paulo: Annablume, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.